



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

TARDE

AUDITOR FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE - ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E ESPECIALIZADOS – NÍVEL SUPERIOR
TIPO 3 – AMARELA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **15 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- Transcreva a frase abaixo para o espaço reservado na folha de respostas das questões objetivas, utilizando sua caligrafia usual

Muito ajuda quem não atrapalha.

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

1

A organização internacional de cooperação XX celebrou contrato com o Município Alfa. À míngua de previsão de qualquer foro de eleição, a organização internacional procurou um advogado brasileiro e o consultou sobre a possibilidade de ajuizar uma ação, em face do Município Alfa, perante o órgão competente do Poder Judiciário brasileiro, em razão do descumprimento de cláusula contratual por parte desse ente.

O advogado respondeu, corretamente, que eventual causa seria processada e julgada:

- (A) por juiz federal, com recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça;
- (B) por juiz federal, com recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal;
- (C) por juiz federal, com recurso de apelação para o respectivo Tribunal Regional Federal;
- (D) pelo Superior Tribunal de Justiça, com recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal;
- (E) pelo Supremo Tribunal Federal, somente sendo cabíveis recursos endereçados ao próprio Tribunal.

2

João, deputado federal, solicitou que sua assessoria analisasse quais são os órgãos competentes, de acordo com a ordem constitucional, para praticar dois atos:

1. a extinção total das consequências de determinados crimes;
2. o perdão da pena imposta aos condenados por certos crimes, que tenham cumprido parte dela e preencham os demais requisitos exigidos.

A assessoria respondeu, corretamente, que o ato 1 é de competência do:

- (A) Congresso Nacional, devendo ser veiculado em lei, o mesmo ocorrendo em relação ao ato 2, com a distinção de que este último deve ser previsto em lei de iniciativa privativa do presidente da República;
- (B) presidente da República, sendo veiculado em decreto, *ad referendum* do Congresso Nacional, enquanto o ato 2, embora também seja veiculado em decreto, não depende de aprovação do Poder Legislativo;
- (C) Congresso Nacional, devendo ser veiculado em lei, de iniciativa privativa do presidente da República, enquanto o ato 2 é de competência deste último agente, que o veiculará por meio de decreto;
- (D) presidente da República, devendo ser veiculado em decreto, *ad referendum* do Congresso Nacional, enquanto o ato 2 é de competência deste último órgão, sendo veiculado em decreto legislativo;
- (E) Congresso Nacional, devendo ser veiculado em lei, enquanto o ato 2 é de competência do presidente da República, que o veiculará por meio de decreto.

3

Alguns partidos políticos com representantes no Senado Federal fizeram um acordo, com o objetivo de tornar viável a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), visando a apurar uma série de atos praticados no âmbito de uma autarquia federal, relacionados à contratação de determinada sociedade empresária sem a prévia realização de processo licitatório. A partir desse acordo, foram colhidas 27 assinaturas de senadores, foi indicado o período de funcionamento da CPI e encaminhado o requerimento de instauração ao órgão diretivo competente.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que:

- (A) a instauração da CPI depende do juízo de valor do órgão diretivo competente, que irá avaliar a sua conveniência para o regular desenvolvimento das atividades da Casa Legislativa;
- (B) o requerimento de instauração tem a natureza de comunicação, de modo que a CPI já está instaurada apenas com a colheita das assinaturas necessárias para tanto;
- (C) a instauração da CPI depende de autorização da maioria simples dos membros da Casa Legislativa, cuja eficácia não pode ser obstada por qualquer órgão diretivo;
- (D) a CPI deve ser instaurada, enquanto direito da minoria, o que não pode ser obstado pela vontade da maioria parlamentar ou de órgão diretivo da Casa Legislativa;
- (E) a CPI não pode ser instaurada, já que o requerimento carece do número mínimo de assinaturas e não indica fato certo e determinado a ser apurado.

4

Maria, juíza federal, pela quinta vez alternada, faz parte da lista tríplice para promoção por merecimento a um dado Tribunal Regional Federal.

Ao receber a lista, o presidente da República consultou sua assessoria a respeito de uma possível preferência de Maria em relação aos dois outros integrantes da lista, sendo-lhe corretamente informado que:

- (A) não há preferência no caso descrito, pois Maria figurou cinco vezes, de modo alternado, na lista para promoção por merecimento;
- (B) Maria deve ser obrigatoriamente promovida, por ter figurado cinco vezes alternadas na lista para promoção por merecimento;
- (C) há preferência, mas o chefe do Poder Executivo pode deixar de promover Maria mediante ato devidamente fundamentado;
- (D) não há preferência, na situação narrada, na promoção de instância, pois só há preferência na promoção para uma entrância superior;
- (E) não há preferência, pois a competência constitucional do chefe do Poder Executivo somente observa balizamentos nas situações expressamente indicadas.

5

O Estado Alfa editou a Lei nº XX, estabelecendo os requisitos a serem preenchidos para que seja deferido o requerimento de inscrição no cadastro de produtor rural, obrigatório para aquelas pessoas que desenvolvem atividade econômica primária agrícola, pecuária e similares. Entre esses requisitos, foi estabelecida a exigência de apresentação de certidão negativa de débitos fiscais com o Estado Alfa.

João, que possui débitos fiscais com o Estado Alfa, mas almeja exercer a referida atividade, consultou um advogado a respeito da constitucionalidade da exigência, sendo-lhe respondido, corretamente, que ela é:

- (A) inconstitucional, pois afronta a unidade da federação restringir a certidão negativa apenas aos débitos mantidos com o Estado Alfa, o que termina por estimular os débitos com os demais;
- (B) inconstitucional, pois afronta a livre iniciativa obstar o exercício da atividade econômica pelos que tenham débitos tributários, caracterizando espécie de sanção política;
- (C) constitucional, pois a livre iniciativa não está desconectada do interesse coletivo, não sendo possível o seu exercício descompromissado com o dever de pagar tributos;
- (D) constitucional, pois a inexistência de débitos tributários indica a higidez financeira que dá sustentação à atividade econômica e assegura o cumprimento de obrigações;
- (E) constitucional, já que livre iniciativa não se identifica com iniciativa desregulada, sendo dever do Estado Alfa estabelecer os requisitos que entenda adequados.

6

Maria foi convocada, pelo poder público, para desempenhar determinada atividade de interesse coletivo prevista em lei, uma única vez, em determinado dia da semana. De posse do instrumento de convocação, compareceu à repartição e comunicou que não iria participar da referida atividade, que considerava injustificável à luz da razão humana, afrontando, com isso, a filosofia racionalista da qual era prosélita.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que Maria agiu de maneira:

- (A) lícita, mas deve cumprir prestação alternativa prevista em lei, sob pena de ter os direitos políticos suspensos em caso de recusa;
- (B) lícita, mas somente se a lei prever uma prestação alternativa passível de ser cumprida, caso contrário, deve sofrer as sanções previstas em lei;
- (C) ilícita, pois a objeção de consciência deve estar lastreada em crença religiosa, não em convicção filosófica, estando sujeita às sanções cominadas em lei;
- (D) lícita, desde que a lei que instituiu a obrigação preveja expressamente a faculdade de não ser cumprida, daí decorrendo a incidência das sanções cominadas;
- (E) ilícita, pois a recusa em cumprir obrigação legal a todos imposta, em qualquer caso, afronta a isonomia, devendo ser privada de sua cidadania nas acepções ativa e passiva.

7

Com o objetivo de amenizar a grave crise financeira que assolava o Município Alfa, um grupo de vereadores apresentou projeto de lei instituindo um imposto que a Constituição da República de 1988 outorgou aos Municípios, mas que, até aquele momento, não fora instituído. O projeto, que contava com forte oposição popular, veio a ser vetado pelo prefeito municipal sob o argumento de ser inconstitucional, sendo o veto rejeitado pela maioria absoluta dos membros da Casa Legislativa.

Desse processo legislativo, resultou a Lei municipal nº XX, que é:

- (A) inconstitucional, considerando o quórum observado na Casa Legislativa para a rejeição do veto;
- (B) inconstitucional, por afronta à iniciativa legislativa privativa do chefe do Poder Executivo em matéria tributária;
- (C) inconstitucional, por afronta à iniciativa legislativa privativa do chefe do Poder Executivo, em relação à receita e à despesa pública;
- (D) constitucional, considerando que a narrativa não apresenta qualquer incompatibilidade com a Constituição da República de 1988;
- (E) constitucional, considerando que, em relação aos Municípios, a simetria permanece adstrita aos balizamentos oferecidos pela Constituição Estadual.

8

O órgão competente da União expediu o ato de concessão da aposentadoria voluntária de João, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo.

Logo depois, o ato foi submetido a registro perante o Tribunal de Contas da União, sendo certo que esse órgão:

- (A) não está sujeito a limites temporais para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria de João;
- (B) está sujeito ao prazo de cinco anos para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria de João, que se inicia a contar da sua publicação;
- (C) está sujeito ao prazo de cinco anos para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria de João, que se inicia a contar da comunicação ao Tribunal de Contas;
- (D) não está sujeito a limites temporais para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria de João, mas, ultrapassados cinco anos, devem ser assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- (E) não está sujeito a limites temporais para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria de João, mas, se da análise puder resultar alteração do ato inicial, devem ser assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9

Após ampla investigação da Procuradoria-Geral da República, concluiu-se que o governador do Estado Alfa praticara infração penal, consistente no desvio de recursos oriundos da União, em razão da celebração de convênio, cuja persecução penal deveria ser iniciada mediante ação penal pública incondicionada.

Nesse caso, o foro competente para o processo e julgamento dessa autoridade é o:

- (A) Superior Tribunal de Justiça, que deve solicitar autorização à respectiva Assembleia Legislativa, ainda que a Constituição Estadual não o exija, por se tratar de norma de reprodução obrigatória, sendo o governador automaticamente afastado caso a denúncia seja recebida;
- (B) Superior Tribunal de Justiça, que não depende de autorização da Assembleia Legislativa, pois a Constituição Estadual não pode exigí-lo, e, com o recebimento da denúncia, o afastamento do chefe do Poder Executivo não é automático;
- (C) Superior Tribunal de Justiça, que deve solicitar autorização à respectiva Assembleia Legislativa, caso a Constituição Estadual o exija, sendo que o governador somente será afastado se a denúncia for recebida e o Tribunal assim deliberar;
- (D) Tribunal Regional Federal, que não depende de autorização da Assembleia Legislativa, pois a Constituição Estadual não pode exigí-lo, e, com o recebimento da denúncia, o afastamento do chefe do Poder Executivo não é automático;
- (E) Supremo Tribunal Federal, que deve solicitar autorização à respectiva Assembleia Legislativa, caso a Constituição Estadual o exija, sendo o governador automaticamente afastado caso a denúncia seja recebida.

10

Após o terceiro ano consecutivo sem a edição de lei disposta sobre a revisão geral anual referida na ordem constitucional, a Associação ZZ, que congrega servidores do Poder Judiciário do Estado Alfa, consultou sua assessoria a respeito da autoridade ou órgão que detém o poder de iniciativa legislativa e quais são as consequências dessa omissão.

O advogado respondeu, corretamente, que o poder de iniciativa é do:

- (A) governador do Estado, e a não apresentação do projeto gera direito subjetivo a indenização;
- (B) Tribunal de Justiça, e a não apresentação do projeto gera direito subjetivo a indenização;
- (C) governador do Estado, e a não apresentação do projeto não gera direito subjetivo a indenização, mas devem ser declinadas as razões pelas quais não propôs a revisão;
- (D) Tribunal de Justiça, sendo que a apresentação do projeto é ato essencialmente discricionário, de natureza política, que não carece de fundamentação e é insuscetível de controle;
- (E) governador do Estado, sendo que a apresentação do projeto é ato essencialmente discricionário, de natureza política, que não carece de fundamentação e é insuscetível de controle.

Direito Administrativo

11

Em tema de direito de acesso à informação, publicidade, transparência, *accountability* e controle social e democrático da Administração Pública, a Presidência da República editou o Decreto nº 8.777/2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.

De acordo com o mencionado decreto, a gestão da Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal será coordenada pela:

- (A) Controladoria-Geral da União, por meio da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos, que contará com mecanismo de governança multiparticipativa, transparente, colaborativa e democrática, com caráter gerencial e normativo, na forma de regulamento;
- (B) Presidência da República, por meio da Controladoria-Geral da União, que executará o Plano de Dados Abertos, de forma centralizada no âmbito da CGU, o qual deverá dispor sobre a criação e a manutenção de inventários e catálogos corporativos de dados;
- (C) Controladoria-Geral da União, com auxílio da Agência Brasileira de Inteligência, que promoverá a descrição das bases de dados, com informação suficiente para a compreensão de eventuais ressalvas quanto à sua qualidade e integridade;
- (D) Controladoria-Geral da União, com a colaboração do Tribunal de Contas da União, que promoverá a atualização periódica dos dados estruturados, de forma a garantir a perenidade dos dados, a padronização de estruturas de informação e o valor dos dados à sociedade e atender às necessidades de seus usuários;
- (E) Presidência da República, por meio da Agência Brasileira de Inteligência, que executará o Plano de Dados Abertos, o qual deverá dispor sobre mecanismos transparentes de priorização na abertura de bases de dados, que considerarão o potencial de utilização e reutilização dos dados tanto pelo governo quanto pela sociedade civil.

12

O presidente da República, no regular exercício de sua competência, editou Decreto Presidencial regulamentando determinada Lei Federal e estabelecendo que os Ministérios da Educação e da Economia deveriam editar um ato conjunto dispondo sobre certa matéria. Em seguida, os citados Ministérios editaram regularmente uma Portaria Interministerial sobre o tema. Seis meses depois, em razão da mudança do titular da pasta da educação, por entender que a portaria publicada não era mais conveniente, o novo ministro da Educação manifestou intenção de revogá-la, mas o ministro da Economia não concordou.

No caso em tela, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, por tratar a Portaria Interministerial de ato administrativo:

- (A) complexo, basta que um dos ministros competentes para editar a portaria a revogue, para que o ato deixe de existir com efeitos *ex nunc*;
- (B) complexo, sua revogação demanda a manifestação de vontade de ambos os ministros, por simetria com a própria edição do ato;
- (C) composto, basta que um dos ministros competentes para editar a portaria a revogue, para que o ato deixe de existir com efeitos *ex nunc*;
- (D) composto, basta que um dos ministros competentes para editar a portaria a revogue, para que o ato deixe de ter validade com efeitos *ex tunc*;
- (E) composto, sua revogação demanda a manifestação de vontade de ambos os ministros, por simetria com a própria edição do ato, ou apenas de um ministro, desde que não haja discordância expressa do outro colegitimado para o ato.

13

Em tema de controle da Administração Pública, de acordo com a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal, a inscrição de entes federados em cadastro de inadimplentes (ou outro que dê causa à negativa de realização de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres que impliquem transferência voluntária de recursos) pressupõe o respeito aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, somente reconhecido:

I. após o julgamento de tomada de contas especial ou procedimento análogo perante o Tribunal de Contas, nos casos de descumprimento parcial ou total de convênio, prestação de contas rejeitada, ou existência de débito decorrente de ressarcimento de recursos de natureza contratual (salvo os de conta não prestada);

II. após a devida notificação do ente faltoso e o decurso do prazo nela previsto (conforme constante em lei, regras infralegais ou em contrato), independentemente de tomada de contas especial, nos casos de não prestação de contas, não fornecimento de informações, débito decorrente de conta não prestada, ou quaisquer outras hipóteses em que incabível a tomada de contas especial;

III. após decisão judicial determinando a citação, em execução promovida pela Fazenda Nacional, do ente federativo devedor, caracterizando sua inadimplência e tornando legítima sua inscrição em restrição junto a cadastros da União.

O(s) requisito(s) estabelecido(s) pelo Supremo Tribunal Federal está(ão) retratado(s) em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente I e II;
- (E) I, II e III.

14

No ano de 2022, a União, por meio do Ministério do Meio Ambiente, pretende celebrar contrato administrativo, cujo objeto é a prestação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual de controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente, com determinada sociedade empresária de notória especialização, conforme especificações constantes no processo administrativo.

De acordo com a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), a contratação em tela ocorrerá mediante:

- (A) prévia e indispensável licitação, cuja modalidade será definida a partir do valor estimado do contrato;
- (B) prévia e indispensável licitação, cuja modalidade será o diálogo competitivo, pela natureza do objeto do contrato;
- (C) prévia e indispensável licitação, cuja modalidade será a concorrência, por expressa determinação legal;
- (D) dispensa de licitação, por expressa previsão e com as cautelas legais;
- (E) inexigibilidade de licitação, por expressa previsão e com as cautelas legais.

15

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estabelece que o uso compartilhado de dados pessoais pelo poder público deve atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais elencados na lei.

Nesse contexto, de acordo com a Lei nº 13.709/2018, é vedado ao poder público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso, EXCETO:

- (A) na hipótese de o compartilhamento tutelar e resguardar direito da personalidade e integridade do titular dos dados, permitido o tratamento para outras finalidades;
- (B) quando houver previsão legal, salvo se a transferência for respaldada em contratos, convênios ou instrumentos congêneres;
- (C) nos casos em que os dados forem acessíveis publicamente e desde que o titular dos dados apresente documento formal, com firma reconhecida, de aquiescência com o compartilhamento;
- (D) nos casos de execução centralizada de atividade pública que recomende o compartilhamento de dados, desde que a entidade privada colabore, ainda que indiretamente, com a concretização da política pública;
- (E) na hipótese de a transferência dos dados objetivar exclusivamente a prevenção de fraudes e irregularidades, ou proteger e resguardar a segurança e a integridade do titular dos dados, desde que vedado o tratamento para outras finalidades.

16

Determinada organização não governamental (ONG), por ato de seu presidente, praticou dolosamente ato tipificado como de improbidade administrativa (mas não previsto na Lei Anticorrupção), quando da execução de convênio com recursos obtidos (subvenção) da União.

As ilegalidades foram constatadas pela Controladoria-Geral da União (CGU), que as noticiou ao Ministério Público Federal (MPF). As apurações, tanto da CGU como do MPF, não conseguiram evidenciar a participação de qualquer agente público responsável pelo repasse ou fiscalização da verba pública, mas tornaram inequívoco o dolo de João, presidente da ONG, que praticou e se beneficiou do ato ilícito.

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

- (A) não poderá ser ajuizada ação civil pública por ato de improbidade administrativa em face da ONG e de João, pois é imprescindível a concomitante presença de agente público no polo passivo da demanda;
- (B) não poderá ser ajuizada ação civil pública por ato de improbidade administrativa em face da ONG e de João, pois não houve prejuízo direto ao erário da União, e sim ao patrimônio da entidade privada;
- (C) não poderá ser ajuizada ação civil pública por ato de improbidade administrativa em face da ONG e de João, pois o ato ilícito praticado não está tipificado pela Lei Anticorrupção como ato lesivo à Administração Pública;
- (D) poderá ser ajuizada ação civil pública por ato de improbidade administrativa em face da ONG e de João, pois a Lei de Improbidade se aplica às entidades privadas que recebem subvenção da União, equiparando seus dirigentes à condição de agentes públicos;
- (E) poderá ser ajuizada ação civil pública por ato de improbidade administrativa em face da ONG e de João, pois, independentemente de haver subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício de entes públicos ou governamentais, as ONGs se submetem à Lei de Improbidade, por integrarem o chamado terceiro setor.

17

João exerceu o cargo de presidente da autarquia federal Alfa e, em dezembro de 2021, foi exonerado. No mês de fevereiro de 2022, João foi convidado pela sociedade empresária Beta para ocupar cargo de conselheiro e, portanto, estabelecer vínculo profissional com tal pessoa jurídica, que desempenha atividade relacionada à área de competência do anterior cargo que ocupou na autarquia Alfa.

No caso em tela, consoante dispõe a Lei nº 12.813/2013, se João aceitar a proposta em fevereiro de 2022:

- (A) não estará, a princípio, configurado conflito de interesses, salvo se fizer uso efetivo de informação privilegiada obtida em razão das atividades anteriormente exercidas;
- (B) estará configurado conflito de interesses, pois ainda não transcorreu o prazo de quarentena de dois anos, contado da data de sua exoneração, salvo quando expressamente autorizado pela Controladoria-Geral da União;
- (C) estará configurado conflito de interesses, pois ainda não transcorreu o prazo de quarentena de seis meses, contado da data de sua exoneração, salvo quando expressamente autorizado pela Comissão de Ética Pública;
- (D) estará configurado conflito de interesses, pois ainda não transcorreu o prazo de quarentena de noventa dias, contado da data de sua exoneração, salvo quando expressamente autorizado pela Controladoria-Geral da União;
- (E) não estará, a princípio, configurado conflito de interesses, salvo se a Controladoria-Geral da União, mediante regular processo administrativo, impuser quarentena específica para João, observadas as especificidades do caso e o limite máximo de impedimento de dois anos.

18

A União, por meio de determinado ministério, pretende delegar, mediante lei, seu poder de polícia, inclusive para aplicação de multa, à sociedade de economia mista Alfa, de capital social majoritariamente público, que presta exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

Na hipótese narrada, em tese, de acordo com a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a pretensão da União é juridicamente:

- (A) viável, pois é constitucional a delegação narrada, inclusive no que toca à última fase do ciclo de polícia, qual seja, a sanção de polícia, à sociedade de economia mista Alfa, mesmo ostentando personalidade jurídica de direito privado;
- (B) viável, pois é constitucional a delegação narrada, em qualquer fase do ciclo de polícia, a qualquer entidade da Administração indireta, ainda que exploradora de atividade econômica e em regime concorrencial;
- (C) inviável, pois é inconstitucional a delegação narrada, em qualquer fase do ciclo de polícia, à entidade da Administração indireta que ostente personalidade jurídica de direito privado;
- (D) inviável, pois é inconstitucional a delegação narrada, em qualquer fase do ciclo de polícia, a qualquer entidade da Administração indireta, pois o atributo da coercibilidade inerente ao exercício do poder de polícia é próprio de órgão público da Administração direta;
- (E) inviável, pois é inconstitucional a delegação narrada, no que tange à primeira e à quarta fases do ciclo de polícia, quais sejam, a ordem e a sanção de polícia, a qualquer entidade da Administração indireta, ainda que prestadora de serviços públicos em regime não concorrencial.

19

José foi aprovado e classificado em 11º lugar em concurso público para o cargo efetivo de analista de determinado ministério. O edital do concurso previa a existência de dez vagas e a União, dentro do prazo de validade do concurso, que findou em 05/01/2020, convocou e nomeou os dez primeiros colocados. Ocorre que Carlos, candidato classificado em 10º lugar, não obstante tenha sido nomeado em 04/01/2020, desistiu do cargo em 05/02/2020, tendo a Administração Pública Federal, em 25/02/2020, tornado sem efeito seu ato de nomeação, conforme publicação em diário oficial. José, entendendo possuir direito subjetivo à nomeação diante da desistência de Carlos, apresentou requerimento administrativo visando à sua imediata nomeação.

No caso em tela, consoante jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o pleito de José:

- (A) merece prosperar, porque a desistência de Carlos sem a respectiva convocação de José constitui preterição de forma arbitrária e imotivada pela Administração Pública;
- (B) merece prosperar, porque a desistência de Carlos sem a respectiva convocação de José constitui ofensa aos princípios da eficiência, boa-fé, moralidade, impessoalidade e proteção da confiança;
- (C) não merece prosperar, pois não convolou sua mera expectativa em direito subjetivo à nomeação, na medida em que a desistência de Carlos ocorreu após o término do prazo de validade do concurso;
- (D) não merece prosperar, pois não convolou sua mera expectativa em direito subjetivo à nomeação, na medida em que ocorreu a desistência de Carlos, independentemente de ter acontecido antes ou após o término do prazo de validade do concurso;
- (E) merece prosperar, porque a nomeação de Carlos e o posterior ato tornando-a sem efeito constitui manifestação inequívoca da Administração Pública acerca da existência de vagas e, sobretudo, da necessidade de chamamento de, pelo menos, mais um candidato.

20

João, servidor público federal, recebeu, como parte de seus vencimentos no mês de fevereiro de 2022, pagamento indevido decorrente de erro administrativo. O valor recebido a maior não foi pago por interpretação errônea ou equivocada da lei pela Administração Pública Federal, mas se deu devido a erro de cálculo praticado por servidores do departamento de recursos humanos responsáveis pela folha de pagamento de pessoal.

No caso em análise, de acordo com a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, João:

- (A) não deverá proceder à devolução do valor recebido indevidamente, exceto se restar comprovado, em processo administrativo disciplinar, que João agiu dolosamente em conluio com os servidores responsáveis pelo pagamento;
- (B) não deverá proceder à devolução do valor recebido indevidamente, exceto se restar comprovada sua má-fé, ocasião em que o valor deverá ser restituído em parcelas mensais de até 10% do dano ao erário;
- (C) deverá proceder à devolução do valor recebido indevidamente, independentemente de sua boa-fé objetiva, diante dos princípios da indisponibilidade do erário público e da supremacia do interesse público;
- (D) deverá proceder à devolução do valor recebido indevidamente, independentemente de sua boa-fé objetiva, para evitar enriquecimento ilícito do servidor público, sob pena de responsabilidade administrativa e cível;
- (E) deverá proceder à devolução do valor recebido indevidamente, salvo se restar comprovada sua boa-fé objetiva, sobretudo com demonstração de que não lhe era possível constatar o pagamento indevido.

21

Carlos, auditor federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União, no exercício da função, durante determinada auditoria, praticou ato ilícito que causou danos materiais à sociedade empresária Beta, sendo indiscutível a presença denexo causal e a ausência de qualquer causa excludente de responsabilidade. Com base no Art. 37, §6º, da Constituição da República de 1988, a sociedade empresária Beta ajuizou ação indenizatória em face da União e de Carlos.

Conforme atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o polo passivo da demanda foi:

- (A) corretamente indicado na inicial, diante da responsabilidade solidária objetiva entre a União e Carlos, sendo desnecessária a comprovação do dolo ou culpa do agente, pela teoria do risco administrativo;
- (B) corretamente indicado na inicial, diante da responsabilidade subsidiária objetiva entre a União e Carlos, sendo desnecessária a comprovação do dolo ou culpa do agente, pela teoria do risco administrativo;
- (C) corretamente indicado na inicial, mas a sociedade empresária Beta renunciou a seu direito de obter a indenização com base na responsabilidade civil objetiva e deverá comprovar o dolo ou a culpa de Carlos, isto é, aplicar-se-á a responsabilidade civil subjetiva para ambos os demandados;
- (D) incorretamente indicado na inicial, que deveria ter apenas a União ou a Controladoria-Geral da União como demandada, pois Carlos é parte ilegítima para figurar como réu na ação, pela teoria do risco administrativo, mas é assegurado o direito de regresso da União contra seu agente, desde que comprovado o dolo ou a culpa de Carlos;
- (E) incorretamente indicado na inicial, que deveria ter apenas a União como demandada, pois Carlos é parte ilegítima para figurar como réu na ação, pela teoria da dupla garantia, mas é assegurado o direito de regresso da União contra seu agente, com base em sua responsabilidade civil subjetiva, sendo necessária a comprovação do dolo ou culpa de Carlos.

22

O Superior Tribunal de Justiça ensina que, para ser considerado regular o processo administrativo, não se deve assegurar ao administrado as garantias inerentes ao devido processo legal, assim como a rigorosa observação do princípio da ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Ao disciplinar tal matéria, no âmbito do processo administrativo, o legislador ordinário positivou parâmetros precisos, consoante se vê na Lei do Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/1999). Assim, a notificação que não chega ao conhecimento do administrado intimado não cumpre, em linha de princípio, a sua função constitucionalmente prevista. A intimação por via postal é tida como meio idôneo se alcançar o fim a que se destina: dar, ao interessado, inequívoca ciência da decisão ou da efetivação de diligências.

Nesse contexto, em tema de notificação por edital no âmbito do processo administrativo federal, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, nas hipóteses em que a tentativa de entrega da notificação pelos Correios é frustrada, cabe à Administração buscar outro meio idôneo para provar, nos autos, a certeza da ciência do interessado:

- (A) sob pena de nulidade absoluta do processo administrativo, não sendo possível, em qualquer hipótese, a utilização de notificação por edital;
- (B) sob pena de nulidade relativa do processo administrativo, mediante demonstração do prejuízo no prazo de 120 dias, não sendo possível, em qualquer hipótese, a utilização de notificação por edital;
- (C) sob pena de nulidade relativa do processo administrativo, mediante demonstração do prejuízo no prazo de cinco anos, não sendo possível, em qualquer hipótese, a utilização de notificação por edital;
- (D) reservando-se a publicação oficial, nos termos da lei, tão somente às hipóteses de interessado indeterminado, interessado desconhecido ou interessado com domicílio indefinido;
- (E) reservando-se a publicação oficial, em analogia ao Código de Processo Civil, tão somente à hipótese de interessado em local inacessível, com esgotamento das tentativas de notificação real nos endereços constantes nos bancos de dados disponíveis.

23

Maria é servidora pública estável ocupante do cargo de auditora federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União e, em dezembro de 2021, seu marido José, juiz de direito do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, faleceu. Maria já adotou as medidas administrativas cabíveis para receber a pensão por morte de seu falecido marido.

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o teto constitucional de remuneração de servidores públicos previsto no Art. 37, XI, da Constituição da República de 1988 incide:

- (A) sobre o somatório da remuneração de Maria pelo seu cargo efetivo e a pensão por morte a que a servidora tem direito;
- (B) individualmente sobre cada remuneração, a saber, os vencimentos de Maria pelo seu cargo efetivo e a pensão por morte a que a servidora tem direito;
- (C) sobre a remuneração de Maria pelo seu cargo efetivo, mas a pensão por morte a que a servidora tem direito respeitará o teto do regime geral de previdência social;
- (D) sobre a remuneração de Maria pelo seu cargo efetivo, mas a pensão por morte a que a servidora tem direito respeitará 90,25% do teto constitucional, por se tratar de servidor falecido no âmbito estadual;
- (E) sobre a remuneração de Maria pelo seu cargo efetivo, mas a pensão por morte a que a servidora tem direito respeitará 90,25% do teto constitucional, independentemente de o servidor falecido ser estadual, distrital ou municipal.

24

Pedro é presidente de associação nacional representativa de interesses trabalhistas ligados às atividades reguladas pela agência reguladora federal Alfa. Em razão de seu positivo destaque na defesa da categoria que representa, surgiu a possibilidade de Pedro ser indicado para a Diretoria Colegiada da agência reguladora federal Alfa.

Consoante dispõe a Lei nº 9.986/2000 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é:

- (A) vedada a indicação de Pedro para o cargo pretendido, por expressa previsão legal, que é constitucional e visa prestigiar a atuação independente e tecnicamente justificada da Diretoria Colegiada imparcial, sendo os impedimentos previstos pelo legislador destinados à impessoalidade da gestão;
- (B) permitida a indicação de Pedro para o cargo pretendido, haja vista que a expressa previsão legal que veda a indicação é inconstitucional por violar o direito fundamental do livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, implicando discriminação flagrantemente inconstitucional;
- (C) permitida a indicação de Pedro para o cargo pretendido, haja vista que a expressa previsão legal que veda a indicação é inconstitucional por violar o direito fundamental no sentido de que é plena a liberdade de associação para fins lícitos, implicando discriminação flagrantemente inconstitucional;
- (D) permitida a indicação de Pedro para o cargo pretendido, haja vista que a expressa previsão legal que veda a indicação é inconstitucional por violar a garantia fundamental do servidor público civil ao direito à livre associação sindical, implicando discriminação flagrantemente inconstitucional;
- (E) vedada a indicação de Pedro para o cargo pretendido, por analogia ao impedimento dos membros da Diretoria Colegiada de exercerem atividade ou de prestarem qualquer serviço no setor regulado pela respectiva agência, por período de 12 meses, contados da exoneração ou do término de seus mandatos.

Administração Financeira e Orçamentária

25

Um servidor recém-empossado foi designado para atuar na Secretaria de Orçamento Federal, junto à equipe responsável pela elaboração da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A chefia imediata solicitou que o servidor fizesse uma apresentação detalhada sobre a definição das metas de resultado primário (RP) e resultado nominal (RN) a serem incluídas no Anexo de Metas Fiscais da LDO do próximo exercício. Durante a apresentação, a chefia notou que o servidor apresentou alguns equívocos conceituais.

Uma das informações equivocadas que podem ter constado na apresentação feita pelo servidor é que:

- (A) a apuração do RP abrange órgãos e entidades como fundações e empresas estatais dependentes;
- (B) o RN pode ser apurado acrescentando ao RP o saldo da conta de juros;
- (C) o RP é apurado pelo confronto de receitas e despesas financeiras;
- (D) os juros a serem considerados no cálculo do RN são apurados por competência;
- (E) um RN nulo significa que o ente manteve constante o seu nível de endividamento.

26

O reconhecimento da receita pública se dá em estágios, que, para fins de controle orçamentário, tem regras próprias e gera desafios quando se considera a lógica do regime de competência, o qual é orientado para fornecer informações de natureza patrimonial.

Suponha que um órgão da estrutura de controle do Poder Executivo Federal tenha recebido a consulta de um jurisdicionado acerca dos procedimentos e estágios de reconhecimento de uma receita não prevista no orçamento, decorrente de uma doação.

Uma das orientações que deveria ser dada pelo órgão em resposta à consulta é que:

- (A) o lançamento dessa receita tem efeitos restritos à situação patrimonial do ente;
- (B) o recurso deve ser reconhecido sob a condição de isenção de contrapartida por parte do ente;
- (C) o recurso pode ser lançado como uma receita corrente, na origem transferências correntes;
- (D) por ser de natureza não tributária, essa receita não passará pelo estágio do lançamento;
- (E) por ser de natureza extraorçamentária, o recurso não passará pelos estágios da receita.

27

Um servidor da área de controle estava analisando a Demonstração de Despesa com Pessoal de um ente público ao final de um quadrimestre para verificar eventuais irregularidades quanto a itens incluídos como despesa de pessoal. Trata-se de uma área de gastos relevante e objeto de limites periodicamente acompanhados.

Na análise feita pelo servidor, para fins de cumprimento de limite de despesa total com pessoal, um item que NÃO representa irregularidade e deve ser normalmente computado se refere a despesas:

- (A) geradas por incentivos à demissão voluntária;
- (B) decorrentes de horas extras e gratificações;
- (C) decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior;
- (D) relativas à indenização por demissão de servidores ou empregados;
- (E) com inativos e pensionistas custeadas por recursos originados de contribuições dos segurados.

28

Em um sistema democrático, a participação na elaboração do orçamento público é uma prerrogativa do Poder Legislativo. No Brasil, essa participação é garantida na Constituição da República de 1988, que dispõe também sobre os instrumentos de planejamento e seus conteúdos.

Recentemente foram observadas alterações significativas no processo orçamentário, com destaque para as emendas impositivas ao orçamento.

Nesse contexto, à luz das regras vigentes, é correto afirmar que as emendas parlamentares individuais apresentadas à Lei Orçamentária Anual:

- (A) acentuam a fragmentação do processo de alocação de recursos;
- (B) ampliam a atuação dos órgãos de controle na aplicação dos recursos alocados;
- (C) colaboram para um atendimento mais efetivo das demandas sociais;
- (D) desenvolvem a integração com as diretrizes e os objetivos governamentais;
- (E) estimulam a coordenação programática entre as políticas públicas desenvolvidas.

29

A Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022 no âmbito da União, definiu que a Reserva de Contingência será constituída de recursos do Orçamento Fiscal, em montante equivalente a 0,2% da receita corrente líquida constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2022.

Ao avaliar a definição e a destinação dessa reserva, os técnicos da área de controle orçamentário, conforme legislação pertinente, considerarão que a Reserva de Contingência:

- (A) deve ser destinada para a cobertura de emendas parlamentares impositivas;
- (B) deve ter anulação restrita à cobertura de créditos adicionais especiais;
- (C) é limitada ao atendimento de passivos contingentes previstos na LOA;
- (D) não está sujeita à execução direta durante o exercício financeiro;
- (E) pode ser incluída em grupo de despesa de natureza corrente ou de capital.

Fundamentos de Auditoria Governamental

30

Durante a execução de um trabalho de avaliação, não foi possível observar algumas das diretrizes do Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, em razão de limitações operacionais. Em virtude disso, houve impactos moderados sobre os resultados da auditoria.

A equipe de auditoria deve:

- (A) suspender a execução dos trabalhos e comunicar ao responsável pela unidade auditada que não será emitido relatório;
- (B) solicitar alteração do Plano de Auditoria Interna, de modo a compatibilizá-lo com as restrições ocorridas;
- (C) reduzir o escopo do trabalho, após autorização do coordenador da equipe de auditoria;
- (D) registrar no relatório as razões e o impacto da não observância das diretrizes sobre o trabalho de avaliação e os seus resultados;
- (E) deixar de emitir opinião sobre o objeto auditado, limitando-se a relatar os procedimentos adotados na execução da auditoria.

31

Ao planejar uma auditoria, a equipe de auditores internos elaborou uma lista dos riscos inerentes ao objeto de auditoria, avaliou esses riscos e efetuou a avaliação preliminar dos respectivos controles, tendo chegado às seguintes conclusões sobre os riscos mais relevantes:

- Risco R1: foi avaliado como muito alto e o conjunto de controles C1, relacionado a esse risco, foi considerado forte;
- Risco R2: foi avaliado como muito alto e o conjunto de controles C2, relacionado a esse risco, foi considerado fraco;
- Riscos R3, R4, R5, R6, R7, R8 e R9: foram avaliados como baixos e o conjunto de controles C3, relacionado a todos esses riscos, foi considerado forte.

Ao definir o escopo do trabalho de auditoria, havendo tempo e recursos suficientes para sua execução, a equipe deve prever, no mínimo, realização de testes de controle em relação ao(s) conjunto(s) de controles:

- (A) C1 e de procedimentos substantivos em relação aos conjuntos de controles C2 e C3;
- (B) C1 e C2 e de procedimentos substantivos em relação ao conjunto de controles C3;
- (C) C3 e de procedimentos substantivos em relação aos conjuntos de controles C1 e C2;
- (D) C1 e C3 e de procedimentos substantivos em relação ao conjunto de controles C2;
- (E) C2 e de procedimentos substantivos em relação aos conjuntos de controles C1 e C3.

32

Há indícios de que uma empresa privada praticou irregularidades na gestão de recursos públicos federais recebidos diretamente da Presidência da República.

No âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, a apuração dos fatos compete:

- (A) à Secretaria Federal de Controle Interno;
- (B) à Comissão de Coordenação de Controle Interno;
- (C) a nenhum dos órgãos, por se tratar de recursos geridos por agente privado;
- (D) ao órgão setorial de controle interno que integra a estrutura da Casa Civil;
- (E) ao órgão setorial de controle interno que integra a estrutura da Advocacia-Geral da União.

33

Uma equipe da Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) foi designada para efetuar trabalho de avaliação com o objetivo de verificar se as atividades desenvolvidas na Secretaria do Tesouro Nacional, referentes ao controle das operações de crédito contratadas por Estados e Municípios, obedecem às condições, às regras e aos regulamentos aplicáveis.

Trata-se de uma avaliação:

- (A) forense ou de suporte ao judiciário;
- (B) financeira ou de demonstrações contábeis;
- (C) de conformidade ou de *compliance*;
- (D) operacional ou de desempenho;
- (E) financeira e operacional.

34

Maria foi designada coordenadora de uma equipe cuja missão é conduzir um trabalho de avaliação da conformidade da contratação e execução de uma obra de grande vulto.

Compete a Maria:

- (A) selecionar auditores que detenham, coletivamente, a proficiência necessária para realizar o trabalho com êxito;
- (B) garantir que a auditoria seja realizada de acordo com as normas e práticas de auditoria aplicáveis;
- (C) aprovar o programa de trabalho e autorizar eventuais alterações;
- (D) revisar os papéis de trabalho e certificar-se de que sustentam os achados e as conclusões alcançadas pela equipe;
- (E) liderar a execução do trabalho, de forma a garantir o cumprimento do planejamento.

35

O gestor responsável por um órgão da Administração direta vinculado ao Ministério de Minas e Energia recebeu orientações para implementar controles primários que garantam que as atividades sejam executadas de acordo com as metas e os objetivos da organização.

Tais orientações podem ser provenientes da:

- (A) Assessoria Especial de Controle Interno, na condição de segunda linha de defesa, orientando a atuação da primeira linha de defesa;
- (B) Secretaria Federal de Controle Interno, na condição de segunda linha de defesa, orientando a atuação da primeira linha de defesa;
- (C) Assessoria Especial de Controle Interno, na condição de terceira linha de defesa, orientando a atuação da primeira linha de defesa;
- (D) Secretaria de Controle Interno da Presidência da República, na condição de terceira linha de defesa, orientando a atuação da primeira linha de defesa;
- (E) Secretaria Federal de Controle Interno, na condição de terceira linha de defesa, orientando a atuação da segunda linha de defesa.

Controladoria-Geral da União: organização, competências e sistemas estruturantes

36

Caio recebeu o convite no mês de outubro de 2021 para exercer o cargo em comissão de titular de unidade setorial de correição (corregedor) de um órgão público do Poder Executivo Federal. Considerando que Caio possui nível de escolaridade superior em Direito, é correto afirmar que:

- (A) não pode ser integrante da carreira de Finanças e Controle;
- (B) seu nome não precisa ser submetido previamente à apreciação do órgão central do Sistema de Correição;
- (C) caso seja nomeado, Caio disporá de um mandato de três anos, salvo disposição legal específica;
- (D) caso seja servidor da Administração Pública Federal, não serão assegurados os direitos e vantagens a que faça jus na respectiva carreira de origem no período em que exercer o cargo em questão;
- (E) pode ser ex-servidor ou ex-empregado permanente aposentado no exercício do cargo ou emprego da carreira de Finanças e Controle ou do órgão ou entidade para o qual será nomeado ou designado.

37

Previsto na Lei Anticorrupção brasileira (Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013), o acordo de leniência é um relevante instrumento de apuração de atos lesivos praticados por pessoas jurídicas contra a Administração Pública e de obtenção de provas. No âmbito do Poder Executivo Federal, compete à Controladoria-Geral da União a sua celebração e acompanhamento.

Quanto ao tema em questão e considerando sua estrutura organizacional, é correto afirmar que compete à:

- (A) Corregedoria-Geral da União, órgão central do Sistema de Correição, realizar tratativas com as pessoas jurídicas interessadas em iniciar negociações de acordos de leniência;
- (B) Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção desenvolver e executar atividades de inteligência e de produção de informações estratégicas, inclusive por meio de investigações;
- (C) Secretaria de Combate à Corrupção supervisionar, coordenar e orientar a atuação das unidades da Controladoria-Geral da União nas negociações dos acordos de leniência;
- (D) Secretaria Federal de Controle Interno realizar análises técnicas, econômicas, contábeis e financeiras em suporte às atividades relacionadas a acordos de leniência;
- (E) Ouvidoria-Geral da União acompanhar o efetivo cumprimento das cláusulas estabelecidas nos acordos de leniência celebrados.

38

O Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, no regular exercício de suas atribuições, após manifestação da Corregedoria-Geral da União, avocou processo administrativo disciplinar (PAD) em curso perante um órgão do Poder Executivo Federal.

Pode-se afirmar, corretamente, que essa situação é:

- (A) inadmissível, mesmo que seja com vistas à correção de andamento;
- (B) admissível em caso de pouca relevância ou sem complexidade;
- (C) admissível em caso de inexistência de condições objetivas para sua realização no órgão de origem;
- (D) admissível apenas em razão da complexidade e relevância da matéria;
- (E) inadmissível, pois não há previsão legal para essa atuação.

39

No ano de 2020, foi realizada uma licitação com a finalidade de contratar empresa para construir a nova sede de um Tribunal Regional Federal. Após celebrado o contrato administrativo, a obra foi paralisada em razão da detecção de graves irregularidades, tendo a Presidência do Tribunal, após diligências preliminares, decidido encaminhar os autos à Controladoria-Geral da União.

Diante desse cenário, é correto afirmar que compete à Controladoria-Geral da União:

- (A) realizar uma auditoria contábil no contrato administrativo;
- (B) devolver os autos à Presidência do Tribunal;
- (C) como órgão central de controle interno, suspender imediatamente a execução do contrato administrativo;
- (D) desde que respeitados o contraditório e a ampla defesa, rescindir o contrato administrativo em questão;
- (E) como órgão central de correição, instaurar o competente processo administrativo de responsabilização (PAR) contra a empresa contratada.

40

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a integridade é uma pedra fundamental da boa governança, uma condição para que todas as outras atividades do governo não só tenham confiança e legitimidade, mas também sejam efetivas.

Considerando que o Decreto nº 10.756, de 27 de julho de 2021, instituiu o Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal, compete à Controladoria-Geral da União, na condição de órgão central:

- (A) formular os planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social;
- (B) acompanhar a celebração dos acordos de leniência;
- (C) manter e aprimorar o Plano de Contas da União;
- (D) monitorar e avaliar a atuação das unidades setoriais;
- (E) formular o planejamento estratégico nacional.

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

Ciência de Dados

41

Considere as sentenças a seguir.

A = “Eu gostei do livro, apesar do livro ser longo”;

B = “Esse livro é muito legal”;

C = “Eu não gostei do livro, não gosto muito desse autor”.

Vamos considerar a seguinte classificação sobre o sentido das sentenças acima:

A – positiva;

B – positiva;

C – negativa.

Para calcular as probabilidades de uma sentença ser positiva e de uma determinada palavra aparecer na sentença, dado que a sentença é positiva, em Aprendizado de Máquinas, pode-se usar o Naive Bayes.

Com a utilização dessa técnica, e com base nos dados das três sentenças acima, os valores das estimativas de máxima verossimilhança de $P(\text{positiva})$ e $P(\text{livro}|\text{positiva})$ são, respectivamente:

- (A) $1/3$ e $1/2$;
- (B) $1/3$ e $3/14$;
- (C) $2/3$ e $3/14$;
- (D) $2/3$ e $1/2$;
- (E) $2/3$ e $2/3$.

42

Dois colegas de um time de ciência de dados discutem o novo projeto do time: avaliar um grupo de unidades de negócio e tentar, através de algumas características compartilhadas, separá-las em grupos. O objetivo é migrar de um cenário em que são elaborados contratos individuais para um cenário em que possam ser elaborados contratos por grupo.

Alice acha que deve ser usado um método supervisionado. Ela escolhe o K-means Clustering e propõe ajustar os hiperparâmetros C e sigma para alcançar um resultado adequado.

Bob prefere métodos não supervisionados, já que a base de dados não possui rótulos, e está em dúvida entre utilizar Naive Bayes (em razão de a base de dados ser pequena) ou Decision Trees (por talvez ser necessário ter um modelo explicável).

Analisando as posições de Alice e Bob sobre esse projeto, pode-se afirmar que:

- (A) Alice e Bob estão corretos. Entretanto, não é possível realizar uma análise prévia dos algoritmos – avaliam-se apenas modelos e suas métricas de desempenho;
- (B) Alice e Bob estão errados. K-means Clustering é um método não supervisionado e não possui os parâmetros C e sigma. Naive Bayes e Decision Trees são métodos supervisionados;
- (C) Alice está correta, mas a sugestão de Bob de utilizar Naive Bayes é fraca, pois esse algoritmo não apresenta bom desempenho com pequenos conjuntos de dados;
- (D) Bob está correto e Alice está errada. K-means Clustering é um algoritmo não supervisionado;
- (E) Bob está errado e Alice está correta. Modelos baseados em Decision Trees não são explicáveis.

43

Durante a elaboração de um sistema de busca de informações biomédicas, foi construído um modelo de linguagem vetorial não contextual para estimar relações de similaridade semântica necessárias para comparação entre queries e documentos. Entretanto, verificou-se nos testes iniciais que o desempenho do modelo ficou insatisfatório, devido a muitos termos técnicos presentes nos documentos testados, que não haviam sido incorporados ao modelo.

Para aliviar esse problema, uma tarefa de processamento do texto e seu estágio correspondente no processamento de linguagem natural que poderiam ser aplicados na construção do modelo são, respectivamente:

- (A) Word embedding; Análise léxica;
- (B) Lematização; Análise sintática;
- (C) Decomposição morfológica; Análise léxica;
- (D) Word embedding; Análise semântica;
- (E) Decomposição morfológica; Análise sintática.

44

Analise o código Python a seguir.

```
x = lambda a, b: a + [a[-1] + a[-2] + b]
y=[-1,0]
for i in range(7):
    y = x(y, i)
print (y)
```

O resultado produzido pela execução desse código na *IDLE Shell* 3.9.9 é:

- (A) [-1, 0, -1, -1, -2, -3, -5, -8, -13]
- (B) [0, -1, 4, 9, 18, 33, 51, 84]
- (C) [-1, 0, -1, -2, -3, -5, -8, -13, -21]
- (D) [-1, 0, -1, 0, 1, 4, 9, 18, 33]
- (E) [-1, 0, -1, 4, 9, 18, 33, 51]

45

Considere uma matriz de confusão de um modelo de classificação binária de relatórios financeiros. O modelo classifica os relatórios em fraudulentos ou não fraudulentos.

Se essa matriz apresenta 200 verdadeiros positivos, 100 verdadeiros negativos, 40 erros do “tipo 1” e 20 erros do “tipo 2”, podem-se calcular as métricas de desempenho aproximadas como:

- (A) Precision = 0.71. Recall = 0.83;
- (B) Precision = 0.83. Recall = 0.71;
- (C) Precision = 0.83. Recall = 0.90;
- (D) Precision = 0.90. Recall = 0.71;
- (E) Precision = 0.90. Recall = 0.83.

46

Uma organização deseja implementar um pipeline de dados e está avaliando a opção mais adequada para o seu contexto de operação. Em torno de 40% dos dados consumidos pela organização se encontram em planilhas eletrônicas que contêm dados sensíveis, produzidas semanalmente por suas unidades de negócio. Os outros 60% dos dados se encontram em alguns bancos de dados relacionais de sistemas de produção da organização. O tamanho da base é de moderado a pequeno, mas existe a necessidade de conformidade com normas de privacidade e confidencialidade dos dados. O objetivo do pipeline é fornecer insumos para um departamento que realiza análises de dados com métodos não supervisionados de aprendizagem de máquina para elaborar relatórios periódicos mensais. A organização está avaliando a construção de um Armazém de Dados (ETL) ou de um Lago de Dados (ELT).

A proposta de modelo adequada e corretamente justificada é:

- (A) Armazém de Dados. Ambos os modelos são adequados, mas Lago de Dados tem maior latência até a carga (L) e custo maior;
- (B) Armazém de Dados. Esse modelo possui menor latência até a carga (L) e, ao contrário do Lago de Dados, opera de forma eficiente com dados relacionais;
- (C) Armazém de Dados. O processo ETL é mais adequado para o tratamento dos dados sensíveis e os casos de uso são bem conhecidos;
- (D) Lago de Dados. Esse modelo possui menor latência até a carga (L) e permite a extração (E) de dados semiestruturados e não estruturados;
- (E) Lago de Dados. Esse modelo não necessita de hardware especializado e, ao contrário do Armazém de Dados, possibilita tarefas de aprendizado de máquina.

47

Um time de ciência de dados utilizou um modelo linear para resolver uma tarefa de análise de dados financeiros provenientes de diferentes unidades de uma organização. Um membro do time, que não participou da modelagem, testa o modelo e verifica que ele apresenta um péssimo resultado.

Preocupado, ele busca os resultados apresentados no treino e pode concluir que ocorreu:

- (A) underfitting, se o resultado do treino foi ótimo. Uma possível solução é a utilização de um modelo mais complexo e a redução do tempo de treinamento;
- (B) underfitting, se o resultado do treino também foi péssimo. Uma possível solução é a utilização de um modelo menos complexo e métodos de validação cruzada;
- (C) overfitting, se o resultado do treino também foi péssimo. Uma possível solução é a utilização de técnicas de regularização e métodos de validação cruzada;
- (D) overfitting, se o resultado do treino foi ótimo. Uma possível solução é a utilização de um modelo menos complexo e métodos de validação cruzada;
- (E) overfitting, se o resultado do treino foi ótimo. Uma possível solução é a utilização de um modelo mais complexo e o aumento do tempo de treinamento.

48

Como parte de um esforço para melhorar a produtividade, uma empresa vem medindo o tempo gasto em cada tarefa do seu principal processo produtivo. Uma das tarefas, que envolve carregar material em uma máquina, ocorre uma vez por dia e teve os seguintes tempos medidos na semana anterior, em minutos:

Seg	Ter	Qua	Qui	Sex
80	76	85	68	56

Considerando um modelo de regressão linear ajustado para perda mínima, usando as medições da semana anterior, o valor residual com relação ao modelo, para o tempo de 70 minutos medido na quinta-feira da semana atual é, em minutos:

- (A) -3;
- (B) -2;
- (C) 1;
- (D) 2;
- (E) 3.

Desenvolvimento de Sistemas

49

Considere o desenvolvimento de uma aplicação de tratamento de dados sensíveis. O time tem experiência com desenvolvimento seguro e elabora uma lista de verificação com foco em segurança para ser utilizada na revisão de código manual que ocorre antes de um commit. Essa lista de verificação trata exclusivamente da aplicação de boas práticas de validação dos dados de entrada das unidades do sistema.

Deveria fazer parte dessa lista verificar se:

- (A) todo acesso ao banco utiliza credenciais seguras;
- (B) todos os dados são validados após redirecionamentos;
- (C) todos os dados provenientes de usuários são validados após o processamento;
- (D) toda operação de registro (logging) é realizada por aplicações de terceiros (Third Party Applications);
- (E) apenas falhas de validação de autenticação e autorização causam rejeição completa dos dados de entrada.

50

Observe o código a seguir.

```
<!DOCTYPE html>
<html>
<head>
  <script
src="https://ajax.googleapis.com/ajax/libs/jquery/3.5.1/jquery.min.js">
</script>
  <script>
    //Inserir código aqui
  </script>
</head>

<body>
  <h3>Lorem Ipsum</h3>

  <div>
    Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit.
    <p>Pellentesque ut nunc elit. Nullam rutrum nibh placerat.</p>
  </div>

  <p>Fusce rutrum, lacus in laoreet egestas, ex lacus laoreet quam</p>

  <p>Vestibulum ante ipsum primis in posuere cubilia curae</p>

  <button>Remover</button>
</body>
</html>
```

Para adicionar ao botão o comportamento de remover apenas os elementos-filhos e o conteúdo do elemento div, pode-se utilizar o seguinte trecho de código no elemento script:

- (A)

```
$(document).ready(function(){
  $("button").click(function(){
    $("div").empty();
  });
});
```
- (B)

```
$(document).ready(function(){
  $("button").click(
    $("div").clear();
  );
});
```
- (C)

```
$(document).ready(function(){
  $("Remover").click(function(){
    $("div").removeContent();
  });
});
```
- (D)

```
$(document).ready(function(){
  $("button").click(function(){
    $("div").remove();
  });
});
```
- (E)

```
$(document).ready(function(){
  $("Remover").click(
    $("div").empty("p");
  );
});
```

51

Uma categoria de testes comumente utilizada é a de Testes Baseados em Experiência (Experience-based Testing). Nas técnicas dessa categoria, fatores como o histórico de funcionamento da aplicação e erros comuns de utilização das tecnologias empregadas – derivados do conhecimento do testador – são utilizados para antecipar a ocorrência de erros, defeitos e falhas. Testes baseados em experiência não costumam ser empregados como abordagem principal em cenários de alto risco, em função da variabilidade de sua eficiência e cobertura. Considerando um projeto em que o time de desenvolvimento não possua experiência com a tecnologia e o domínio da aplicação, a técnica recomendada para o portfólio de testes desse time é:

- (A) Teste de Caso de Uso (Use Case Testing);
- (B) Teste de Hipótese (Statistical Hypothesis Testing);
- (C) Previsão de Erros (Error Guessing);
- (D) Teste Exploratório (Exploratory Testing);
- (E) Teste Baseado em Listas de Verificação (Checklist-based Testing).

52

Considere um cenário típico de exposição de dados sensíveis: uma organização acredita estar segura ao utilizar a criptografia automática do seu banco de dados para encriptar dados financeiros sigilosos dos seus usuários, mas esquece que permite que esses dados sejam automaticamente decriptados nas operações de consulta.

Um time de desenvolvedores sem experiência em desenvolvimento seguro trabalha em uma aplicação que acessa essa base de dados. Ao longo do desenvolvimento da aplicação, um tipo comum de vulnerabilidade é inserido em muitas das consultas realizadas, como no seguinte trecho:

```
String consultaHTTP = "SELECT * FROM extratos  
WHERE id_cliente='" + request.getParameter("id") + "'";
```

Para mitigar o impacto dos riscos criados por esse tipo de vulnerabilidade, é possível utilizar:

- (A) protocolos como FTP ou SMTP para o transporte dos dados sensíveis da aplicação;
- (B) funções criptográficas fortes, como MD5 e SHA1, no mecanismo automático do banco de dados;
- (C) frameworks ORM como o Hibernate e linguagens de consulta como a HQL (Hibernate Query Language);
- (D) apenas dados fornecidos por usuários autenticados no processamento de consultas;
- (E) cláusulas como LIMIT nas consultas para restringir os resultados retornados.

53

Sistemas de Controle de Versão (SCV), tais como o Mercurial, o GIT e o SVN, são ferramentas indispensáveis para apoiar as melhores práticas de desenvolvimento de sistemas.

Os SCVs atualmente disponíveis possuem grande flexibilidade para se adaptar ao fluxo de trabalho de um time e suas práticas de desenvolvimento. No GIT, essa customização do fluxo de trabalho para um time ou projeto é comum, e muitos desses fluxos de trabalho utilizam uma abordagem conhecida como ramificação de recurso (Feature Branch).

Uma possível limitação dessa abordagem seria o(a):

- (A) diminuição da velocidade de desenvolvimento. A necessidade de utilização de rebase quando uma funcionalidade é finalizada aumenta a complexidade do desenvolvimento;
- (B) indisponibilidade de dados de auditoria. Existe perda parcial do histórico do repositório quando é realizado o merge de um ramo (Branch);
- (C) impacto na integração contínua. Se o ciclo de entrega de funcionalidade de um time é longo, aumentam os riscos e desafios dos merges e integrações;
- (D) menor qualidade funcional. O novo fluxo de trabalho dificulta a elaboração de testes de aceitação em função da separação de funcionalidades em diferentes ramos (Branches);
- (E) menor qualidade do código. O novo fluxo de trabalho dificulta a execução de revisão de código (Code Review) pela imposição de pull requests e merge reviews.

54

De acordo com o Guia do Scrum, a "Meta da Sprint é o único objetivo da Sprint. Embora a Meta da Sprint seja um compromisso dos Developers, esta fornece flexibilidade em termos do trabalho exato necessário para alcançá-la".

A Meta da Sprint é elaborada:

- (A) pelo Product Owner, e deve ser finalizada antes da Sprint Planning, para que seja apresentada e negociada com o Scrum Team;
- (B) por todo o Scrum Team na Sprint Planning, e deve ser finalizada até o final do evento;
- (C) em conjunto pelo Product Owner e os Developers, e deve ser finalizada até o início do primeiro Daily Scrum;
- (D) em conjunto pelo Product Owner e os Developers, e deve ser finalizada até o final da Sprint;
- (E) pelos Developers na Sprint Planning, e deve ser finalizada até o final do evento.

55

Observe o trecho de código a seguir.

```

1 import java.io.*;
2
3 interface Segunda { public void segunda();}
4 interface Terca { public void terca();}
5 interface Quarta extends Segunda, Terca { public void quarta();}
6
7 class Quinta implements Segunda {
8     public void segunda(){System.out.println("Segunda");}
9 }
10
11 class Sexta extends Quinta implements Quarta {
12     public void segunda(){System.out.println("Segunda!!");}
13     public void terca(){System.out.println("Segunda!!!");}
14     public void quarta(){System.out.println("Segunda!!!!");}
15 }
16
17 public class teste
18 {
19     public static void main( String[] args )
20     {
21         Quinta dia = (Quinta) new Sexta();
22         dia.segunda();
23     }
24 }

```

A saída produzida pela execução do código é:

- (A) Erro de compilação na linha 5
- (B) Segunda
- (C) Segunda!
- (D) Segunda!!
- (E) Segunda!!!

56

Considere o desenvolvimento de uma aplicação em um contexto de programação concorrente, em que é esperada a execução simultânea de múltiplas tarefas computacionais. O time utiliza a linguagem de programação JAVA e o framework ORM Hibernate no projeto. Para obter um objeto do tipo SessionFactory, o time decide utilizar o arquivo de configuração e as seguintes classes:

```

org.hibernate.cfg.Configuration,
org.hibernate.service.ServiceRegistry e
org.hibernate.service.ServiceRegistryBuilder.

```

No início do desenvolvimento da primeira funcionalidade com linhas de execução paralelas (Threads), o time discute se é seguro compartilhar o objeto do tipo SessionFactory.

Um dos desenvolvedores afirma que é seguro.

O time concluiu acertadamente que esse desenvolvedor está:

- (A) errado, pois a classe SessionFactoryImpl implementa a interface Referenceable;
- (B) errado, pois a classe SessionFactoryImpl não é thread-safe;
- (C) errado, pois a classe SessionFactoryImplementor não é thread-safe;
- (D) correto, pois o objeto do tipo SessionFactory é imutável e seu estado interno contém os metadados ORM;
- (E) correto, pois a classe SessionFactoryImplementor implementa a interface ConcurrentHashMap.

Bancos de Dados

57

No âmbito do PostgreSQL 12, considere o comando a seguir.

```
CREATE SEQUENCE TESTE
```

Ao objeto TESTE, assim criado, aplicam-se as seguintes funções nativas:

- (A) before, after;
- (B) commit, abort;
- (C) currval, nextval;
- (D) low, high;
- (E) next, last.

58

Joana trabalha com extração e consolidação de dados e precisa ter acesso aos metadados de um banco de dados SQL Server para compreender melhor o modelo e as estruturas utilizadas.

Para começar, Joana resolveu criar uma consulta SQL que produza uma lista das tabelas, com as respectivas colunas com seus tipos de dados e outras propriedades.

O comando que Joana deve usar é:

- (A)

```
select s1.name tabela, s2.name coluna,
        s3.name tipo, s2.iscomputed, s2.isnullable
from sysobjects s1, syscolumns s2, systypes s3
where s1.xtype='T'
      and s1.xid=s2.xid and s2.xtype=s3.xtype
      and s2.xusertype=s3.xusertype
order by s1.name, s2.name
```
- (B)

```
select s1.name tabela, s2.name coluna,
        s3.name tipo, s2.iscomputed, s2.isnullable
from systables s1, syscolumns s2, systypes s3
where s1.xcode=s2.xcode and s2.xtype=s3.xtype
      and s2.xusertype=s3.xusertype
order by s1.name, s2.name
```
- (C)

```
select s1.name tabela, s2.name coluna,
        s3.name tipo, s3.iscomputed, s3.isnullable
from systables s1, syscolumns s2, systypes s3
where s1.tableid=s2.tableid and s2.xtype=s3.xtype
      and s2.xusertype=s3.xusertype
order by s1.name, s2.name
```
- (D)

```
select s1.name tabela, s2.name coluna,
        s3.name tipo, s2.iscomputed, s2.isnullable
from sysobjects s1, syscolumns s2, systypes s3
where s1.xtype='U'
      and s1.id=s2.id and s2.xtype=s3.xtype
      and s2.xusertype=s3.xusertype
order by s1.name, s2.name
```
- (E)

```
select s1.name tabela, s2.name coluna,
        s3.name tipo, s2.iscomputed, s2.isnullable
from systables s1, syscolumns s2, sysobjects s3
where s1.xid=s2.xid and s2.xtype=s3.xtype
      and s2.xusertype=s3.xusertype
order by s1.name, s2.name
```

59

No contexto do SQL Server 2019, considere o script SQL a seguir.

```
create table XPTO (  
    C1 int identity,  
    C2 varchar(16))  
insert into XPTO (C2) values ('A')  
insert into XPTO (C2) values ('B')  
insert into XPTO (C2) values ('C')  
truncate table XPTO  
insert into XPTO (C2) values ('D')  
insert into XPTO (C2) values ('E')  
delete from XPTO  
truncate table XPTO  
insert into XPTO (C2) values ('F')  
truncate table XPTO
```

Após a execução desse script, o resultado exibido pelo comando `select max(C1) from XPTO`

é:

- (A) 0
- (B) NULL
- (C) 1
- (D) 3
- (E) 6

60

Sobre o MongoDB v5.0, considere as afirmativas a seguir.

- I. Todos os documentos de uma coleção (*collection*) devem possuir o mesmo número de campos (*fields*).
- II. Um campo presente em diferentes documentos de uma *collection* pode ter diferentes tipos de dados ao longo dos documentos.
- III. MongoDB oferece a capacidade de validar esquemas durante operações de inserção (*insertion*) e atualização (*update*).

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente III;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

61

No âmbito do DAMA-DMBOK, com referência à Governança de Dados, a figura dos *Data Stewards* caracteriza-se como:

- (A) etapas de testes de conformidade dos dados;
- (B) instâncias de aprovação da arquitetura de dados;
- (C) instâncias de unidades organizacionais responsáveis pela estratégia de dados;
- (D) responsáveis, dentro da área de negócios, pelo controle e uso dos dados;
- (E) usuários que consomem dados dentro de uma organização.

62

Considere uma transação T1 de bancos de dados que transfere uma quantia em dinheiro da conta A para a conta B, gravando uma retirada da conta A e um depósito para a conta B.

Analise as três intercorrências independentes que poderiam surgir numa transação desse tipo.

I. É feita a retirada da conta A, mas T1 falha; a retirada é mantida, mas o depósito na conta B não é efetuado.

II. A retirada da conta A é efetuada; uma transação T2 lê o saldo da conta A após a retirada; o depósito na conta B falha e a retirada é revertida. T2 prossegue, com valores errôneos.

III. T1 é completada normalmente, mas há uma posterior falha na instalação, e as operações realizadas na execução de T1 são perdidas.

No âmbito das propriedades ACID para bancos de dados, além da consistência, a violação em cada caso, na ordem, é:

- (A) atomicidade, durabilidade, isolamento;
- (B) atomicidade, isolamento, durabilidade;
- (C) durabilidade, isolamento, atomicidade;
- (D) isolamento, atomicidade, durabilidade;
- (E) isolamento, durabilidade, atomicidade.

ATENÇÃO! Para resolver as duas próximas questões, considere as tabelas **cliente** e **visita**, conforme as instâncias exibidas a seguir.

cliente

codigo
310
312
314
316

visita

codigo	data
310	2022/03/01
312	2022/03/01
312	2022/03/10
310	2022/03/11
314	2022/03/11
312	2022/03/11
312	2022/03/11
314	2022/04/05
312	2022/04/07

63

João deve produzir um relatório que mostra o número de visitas ao site da empresa de cada cliente a cada mês. Mesmo os clientes que não visitaram o site devem ser contabilizados. O conteúdo do relatório, de acordo com as instâncias das tabelas **cliente** e **visita**, descritas anteriormente, é exibido a seguir.

codigo	mês	visitas
310	3	2
310	4	0
312	3	3
312	4	1
314	3	1
314	4	1
316	3	0
316	4	0

João considerou três scripts SQL para produzir esse relatório.

I.

```
select c.codigo cliente, month(v.data) mês,
       count(distinct v.data) frequencia
from cliente c LEFT JOIN visita v
  on c.codigo = v.codigo
group by c.codigo, month(data)
order by 1,2
```

II.

```
select c.codigo cliente, month(v.data) mês,
       count(distinct v.data) frequencia
from cliente c INNER JOIN visita v
  on c.codigo = v.codigo
group by c.codigo, month(data)
UNION
select distinct c.codigo cliente,
               month(v.data) mês, 0 frequencia
from cliente c, visita v
where not exists
  (select * from visita v2
   where v2.codigo=c.codigo
   and month(v2.data)=month(v.data))
order by 1,2
```

III.

```
select c.codigo, m.mês,
       (select count(distinct v.data)
        from visita v
        where month(v.data) = m.mês
        and v.codigo = c.codigo) frequencia
from
  (select distinct month(data) mês from visita) m,
  (select distinct codigo from cliente) c
order by 1, 2
```

Produz(em) o resultado corretamente somente o(s) script(s):

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

64

Com relação às tabelas **cliente** e **visita**, descritas anteriormente, o comando SQL que deleta corretamente os clientes que nunca visitaram o site é:

- (A) delete from cliente
 - where not exists
 - (select * from visita v
 where v.codigo in cliente.codigo)
- (B) delete from cliente
 - where not exists
 - (select * from visita v
 where v.codigo <> cliente.codigo)
- (C) delete from cliente
 - where codigo in (select codigo from visita)
- (D) delete from cliente
 - where codigo <> ALL (select codigo from visita)
- (E) delete from cliente
 - where (select count(*) from visita v
 where v.codigo <> cliente.codigo) > 0

Infraestrutura Tecnológica

65

Tom precisa adquirir uma nova solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para hospedagem dos serviços no Centro de Dados de seu órgão da Administração Pública Federal (APF). Considerando que a aquisição/contratação obriga a realização de um processo de licitação, Tom precisa elaborar um Estudo Técnico Preliminar (ETP), conforme as Instruções Normativas SDD/ME nº 1/2019 e ME nº 40/2020 e suas atualizações, para especificar corretamente a solução de TIC que melhor atende a necessidade de seu órgão, garantindo a transparência e a competitividade durante todo o processo licitatório.

Considerando as atividades obrigatórias a serem cumpridas durante o ETP, Tom deverá:

- (A) indicar a necessidade da contratação, considerando os objetivos estratégicos e as necessidades corporativas do órgão, bem como seu alinhamento ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) e ao Plano Anual de Contratações;
- (B) descrever a solução de TIC de forma detalhada, motivada e justificada, inclusive quanto à forma de cálculo, o quantitativo de bens e serviços necessários para a sua composição;
- (C) declarar a viabilidade da contratação, com justificativa que contenha a identificação dos benefícios a serem alcançados em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade;
- (D) especificar os requisitos sociais, ambientais e culturais que a solução de TIC deve atender para estar em conformidade com costumes, idiomas e meio ambiente;
- (E) elaborar o Termo de Ciência da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão, a ser assinado por todos os empregados da contratada diretamente envolvidos na contratação.

66

A equipe de redes de um órgão público está trabalhando para auxiliar no cumprimento das metas da equipe de desenvolvimento de sistemas do mesmo órgão e vislumbrou a possibilidade de utilização de DevOps. Para tal, a equipe de redes indicou a contratação de uma API em uma nuvem. A API indicada permite que os desenvolvedores e os administradores dos sistemas interajam com a infraestrutura de modo programático e em escala, evitando a instalação e a configuração dos recursos manualmente todas as vezes que precisam recriar um ambiente de desenvolvimento.

Para essa atividade, a equipe de desenvolvimento utilizou a prática DevOps de:

- (A) comunicação e colaboração;
- (B) integração contínua;
- (C) entrega contínua;
- (D) microsserviços;
- (E) infraestrutura como código.

67

A equipe de TI de um órgão público está implementando um sistema de voz e vídeo para comunicação interna entre seus diversos setores, localizados em distintos edifícios. Com o objetivo de reduzir custos, foi definida a utilização de um sistema de comunicação de voz e vídeo por IP. Entretanto, identificou-se um problema comum dessa tecnologia usada nesse sistema: a latência. A baixa latência é necessária para uma conversa bidirecional de qualidade. Logo, esses sistemas de comunicação precisam ser projetados com um conjunto de possibilidades para minimizar a latência.

Para assegurar a redução de latência em um sistema de voz e vídeo por IP, deve ser implementado(a):

- (A) o protocolo TCP, pois este garante que o referido pacote seja entregue reduzindo o número de retransmissões;
- (B) o protocolo UDP, de forma a acelerar as transmissões para grandes distâncias, mesmo havendo uma pequena possibilidade de perda de pacotes;
- (C) com tamanho de pacotes grandes, que são a melhor maneira de usar a largura de banda da rede, pois são mais eficientes;
- (D) com o uso de qualquer software de comunicação, pois o seu overhead na transmissão e recepção não afeta a latência;
- (E) a qualidade de serviço (QoS) na camada de rede, de forma que os pacotes sejam marcados como de classes heterogêneas, recebendo tratamentos diferentes.

68

Jane integra a equipe de TI de seu órgão da Administração Pública Federal (APF), que está assinando documentos com seus clientes nos quais os níveis de serviços (*Service Level Agreement – SLA*) estão sendo definidos para cobrança do serviço prestado.

Para obter os dados para os relatórios de SLA, Jane deve implementar a coleta automática de dados de disponibilidade e geração de SLA no Zabbix, realizando as seguintes ações:

- (A) configuração da correlação de eventos no monitoramento de arquivos de registros (*log*) dos serviços para identificar as suas indisponibilidades;
- (B) instalação do protocolo SNMP nos servidores e configuração da comunidade SLA para permitir coletas múltiplas dos dados de limites definidos para os SLA;
- (C) configuração das funções preditivas para ativação de *triggers* que possam restabelecer a disponibilidade de um serviço em caso de incidente, garantindo o SLA acordado;
- (D) instalação do agente Zabbix nos servidores e configuração do monitoramento dos serviços ofertados e de um serviço de TI com esses servidores;
- (E) ativação da monitoração Web com cenários de testes automáticos e rotineiros para os serviços hospedados, para validação de sua disponibilidade.

69

A alta administração da XPTO está implementando o ITIL v4. Para alcançar os resultados e trabalhar de forma mais eficaz, é necessário considerar todas as dimensões do comportamento do ITIL v4, mas, na prática, as organizações muitas vezes se concentram demais em uma área de suas iniciativas e negligenciam as outras.

Ao implementar o ITIL v4, a XPTO se preocupou em como as várias partes da organização trabalham de forma integrada e coordenada para habilitar a criação de valor através de produtos e serviços.

Com isso, segundo o ITIL v4, a XPTO se concentrou em implementar as dimensões:

- (A) pessoas e tecnologia;
- (B) parceiros e informação;
- (C) fluxo de valor e parceiros;
- (D) fluxo de valor e processos;
- (E) organizações e tecnologia.

70

Marcos recebeu a tarefa de configurar as regras de entrada de três grupos de segurança (sg-1, sg-2 e sg-3) em uma nuvem do provedor AWS, a fim de atender as restrições descritas a seguir. Um serviço ECS, associado ao primeiro grupo de segurança (sg-1), somente deve receber requisições HTTP de um balanceador de carga, associado ao segundo grupo de segurança (sg-2). Adicionalmente, as tarefas desse serviço ECS devem ser os únicos recursos a acessar uma instância de banco de dados PostgreSQL no serviço RDS, associada ao terceiro grupo de segurança (sg-3). Portanto, as regras de entrada de cada grupo devem ser:

- (A) (sg-1) Intervalo de portas: 5432, Origem: sg-2
(sg-2) Intervalo de portas: 80, Origem: 0.0.0.0/0
(sg-3) Intervalo de portas: 80, Origem: sg-1
- (B) (sg-1) Intervalo de portas: 80, Origem: sg-2
(sg-2) Indiferente
(sg-3) Intervalo de portas: 5432, Origem: sg-1
- (C) (sg-1) Indiferente
(sg-2) Intervalo de portas: 80, Origem: sg-1
(sg-3) Intervalo de portas: 5432, Origem: sg-1
- (D) (sg-1) Intervalo de portas: 5432, Origem: sg-3
(sg-2) Intervalo de portas: 80, Origem: 0.0.0.0/0
(sg-3) Indiferente
- (E) (sg-1) Indiferente
(sg-2) Intervalo de portas: 80, Origem: 0.0.0.0/0
(sg-3) Intervalo de portas: 5432, Origem: sg-1

71

Uma das estratégias para reduzir o tamanho de imagens Docker consiste em:

- (A) combinar comandos RUN em um único comando;
- (B) substituir a imagem base por uma versão mais recente;
- (C) separar comandos RUN complexos em comandos menores;
- (D) reordenar os comandos de forma que o cache seja utilizado com maior frequência;
- (E) compactar arquivos a serem copiados para a imagem e descompactá-los durante a sua geração.

72

Uma empresa desenvolveu um sistema de votação em massa para milhares de usuários concorrentes e o implantou na nuvem do provedor AWS. A API de cadastro e acesso à informação dos usuários foi disponibilizada por meio de um serviço ECS, que mantém de 10 a 100 instâncias registradas no balanceador de carga.

O cadastro de um usuário consiste nas seguintes informações: nome, e-mail, telefone e foto. As informações textuais são armazenadas em um banco de dados relacional, e os arquivos são armazenados no disco da instância. Recentemente foi identificada uma falha intermitente, na qual usuários reportam que a sua foto raramente é exibida.

Considerando que os serviços estão corretamente dimensionados, a causa dessa falha é:

- (A) a não utilização de uma abordagem serverless;
- (B) a não utilização de um serviço de cache para os arquivos;
- (C) o número de instâncias no balanceador de carga ser muito alto;
- (D) a utilização de um banco de dados relacional;
- (E) o arquivo da foto ser armazenado no disco da instância.

Segurança da Informação

73

João foi contratado para fazer a gestão de risco em um órgão público de acordo com as diretrizes para o processo de gestão de riscos de segurança da informação estabelecidas na norma ABNT NBR ISO/IEC 27005:2019. João está trabalhando em sua tarefa incluindo, excluindo e alterando alguns controles. Com isso poderá avaliar os riscos residuais e considerá-los aceitáveis ou não.

A etapa do processo de gestão de riscos de segurança da informação em que João está trabalhando é:

- (A) definição do contexto;
- (B) processo de avaliação de riscos;
- (C) tratamento de riscos;
- (D) aceitação de riscos;
- (E) monitoramento e análise crítica dos riscos.

74

Wallace está implementando em um órgão público um modelo de infraestrutura de chaves públicas baseado no padrão X.509 (PKIX). Wallace identificou que os sistemas clientes, para operarem com segurança, necessitam da instalação de materiais da chave que possuem o relacionamento apropriado com as chaves armazenadas em outro lugar na infraestrutura de chaves públicas.

Para gerenciar a PKIX de forma a atender o requisito identificado, Wallace deve implementar a função:

- (A) registro;
- (B) inicialização;
- (C) certificação;
- (D) certificação cruzada;
- (E) solicitação de revogação.

75

Roberto é funcionário de um órgão público e está trabalhando em home office devido ao cenário pandêmico. Para que não haja perda de produtividade, Roberto precisa acessar a rede interna do órgão onde trabalha. Para isso, Roberto irá utilizar um computador considerado um endpoint, por se tratar de um dispositivo final que se conecta fisicamente a uma rede interna do órgão.

Para que o órgão público em que Roberto trabalha possa confiar em conexões externas com a rede interna, soluções de segurança de endpoints precisam ser implementadas e ter como características:

- (A) redução de custos e facilidade de atualização;
- (B) configuração simplificada e fácil instalação de API;
- (C) monitoramento completo e antivírus atualizado;
- (D) administração descentralizada e facilidade de integração com novas tecnologias;
- (E) bloqueio de ações indesejadas e controle no lado do usuário.

76

A equipe liderada por Jonas é responsável por prover o home office de um órgão da Administração Pública Federal (APF). Jonas recebeu uma solicitação da Equipe de Tratamento de Incidente de Rede (ETIR) para fornecer os registros de acesso a um sistema, ocorridos durante determinado tempo, para averiguação por suspeita de um incidente de segurança da informação.

Considerando as orientações da Norma Complementar 21/IN01/DSIC/GSIPR, quanto aos requisitos para adequação dos ativos de informação para coleta e preservação das evidências, a equipe de Jonas deve fornecer as seguintes informações para cada acesso:

- (A) identificação inequívoca do usuário;
- (B) registro das autenticações malsucedidas;
- (C) data e hora dos acessos sincronizados com o servidor de hora local;
- (D) tempo máximo de registro de *log* de quatro meses;
- (E) registro das autenticações bem sucedidas.

77

Geraldo foi aprovado em um concurso público e assumiu a função de gestor de Segurança da Informação. O órgão em que Geraldo trabalha está atualizando sua Política de Segurança da Informação alinhada às orientações da Instrução Normativa nº 01 do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Como gestor de Segurança da Informação, Geraldo possui, entre suas atribuições:

- (A) a aprovação da Política de Segurança da Informação no âmbito de seu órgão;
- (B) a publicação de atos normativos sobre segurança da informação;
- (C) o provimento dos recursos necessários para a execução da Política de Segurança da Informação no âmbito de seu órgão;
- (D) a manutenção de contato direto com o Departamento de Segurança da Informação do GSI em assuntos relativos à segurança da informação;
- (E) a comunicação de incidentes de segurança ao Centro de Tratamento de Incidentes de Segurança em Redes de Computadores da Administração Pública Federal (CTIR Gov).

78

Um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI) é um conjunto de controles que uma organização implementa para proteger os seus próprios ativos de informação e também para proteger outros ativos pelos quais é responsável.

A norma ABNT NBR ISO/IEC 27001:2019 fornece os requisitos necessários para um SGSI. Rafael foi contratado para implementar o SGSI em um órgão público. Ele elencou os controles necessários para garantir a adequação à norma.

Para isso, Rafael teve que elaborar:

- (A) políticas de segurança da informação;
- (B) avaliação de desempenho;
- (C) política de controle de acesso;
- (D) definição de funções e responsabilidades de segurança;
- (E) declaração de aplicabilidade.

79

A equipe de Tecnologia da Informação (TI) de um órgão público está implementando uma solução de TI para atender requisitos de segurança e privacidade dos dados pessoais em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Adicionalmente, a equipe passou a adotar controles de segurança do CIS v8 (Center for Internet Security, Inc.) para mitigar os tipos de ataques cibernéticos mais conhecidos. Para reforçar o trabalho associado à LGPD, a equipe de TI identificou e começou a implementar um controle de segurança do CIS v8 que auxilia na mitigação de violação de dados, garantindo privacidade e integridade das informações sensíveis e pessoais.

O controle de segurança do CIS v8 implementado pela equipe de TI é a:

- (A) configuração segura de ativos institucionais e software;
- (B) proteção de dados;
- (C) gestão do controle de acesso;
- (D) gestão contínua de vulnerabilidades;
- (E) recuperação de dados.

80

A equipe de Tecnologia da Informação (TI) de um órgão da Administração Pública Federal (APF), ao definir sua Política de Gestão de Continuidade de Negócios (PGCN), precisará restringir o escopo inicial da PGCN, devido a restrições orçamentárias. Considerando que o órgão oferta serviços web essenciais para a população e que a indisponibilidade desses serviços poderia acarretar grandes prejuízos para seus usuários, a alta administração do órgão definiu o escopo inicial de sua PGCN, incluindo os dez principais serviços web ofertados.

Para assegurar a implementação e a sustentação da PGCN, de acordo com a ABNT 22301 (Segurança e resiliência – Sistema de gestão de continuidade de negócios), a equipe de TI deve optar por uma estratégia de recuperação de negócios que:

- (A) utilize uma solução de continuidade adotada em outro órgão da APF e incluí-la no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) para contratação/aquisição emergencial;
- (B) impeça a interrupção dos serviços de TI ofertados pelo órgão por mapearem os processos e utilizarem replicação de dados assíncrona em um Centro de Dados de contingência;
- (C) contemple planos e procedimentos para a operação durante a interrupção, incluindo os custos com a aquisição dos equipamentos necessários;
- (D) inclua as orientações e os recursos necessários para a operação antes, durante e após a interrupção, considerando os custos e benefícios associados;
- (E) considere todos os serviços a serem recuperados com a mesma prioridade, variando apenas o seu tempo de recuperação ou dependência de outros serviços.

Realização

